

Empresas pagam até 9.760 reais a piratas da internet

Golpistas sequestram dados e, somente após pagamento do “resgate”, realizam o desbloqueio de arquivo

Leonardo Heitor

Um vírus de computador tem dado dor de cabeça para profissionais de Tecnologia da Informação e prejuízo para donos de empresas. A nova estratégia utilizada pelos hackers é chamada de ransomware (ransom significa resgate, em inglês).

A técnica consiste em sequestrar dados e arquivos e liberá-los somente após pagamento do “resgate”. Os golpistas cobram até US\$ 4 mil (R\$ 9.760) para desbloquear os arquivos criptografados.

No Estado, cinco empresas já foram vítimas dos hackers, tiveram o computador invadido, mas nenhuma delas pagou o valor, pois tinham cópia dos arquivos.

O golpista utiliza o protocolo RDP para se infiltrar na máquina e precisa de privilégios de administrador. O vírus atua comprimindo arquivos em um arquivo do tipo “.RAR”, criptografado.

Após a infecção, quando o computador é ligado, uma mensagem em inglês informa que os arquivos haviam sido invadidos e que as pastas foram bloqueadas.

A mensagem, que possui uma série de orientações, algumas em tom de ironia, informa que, para o usuário poder ter acesso novamente aos arquivos, é preciso pagar.

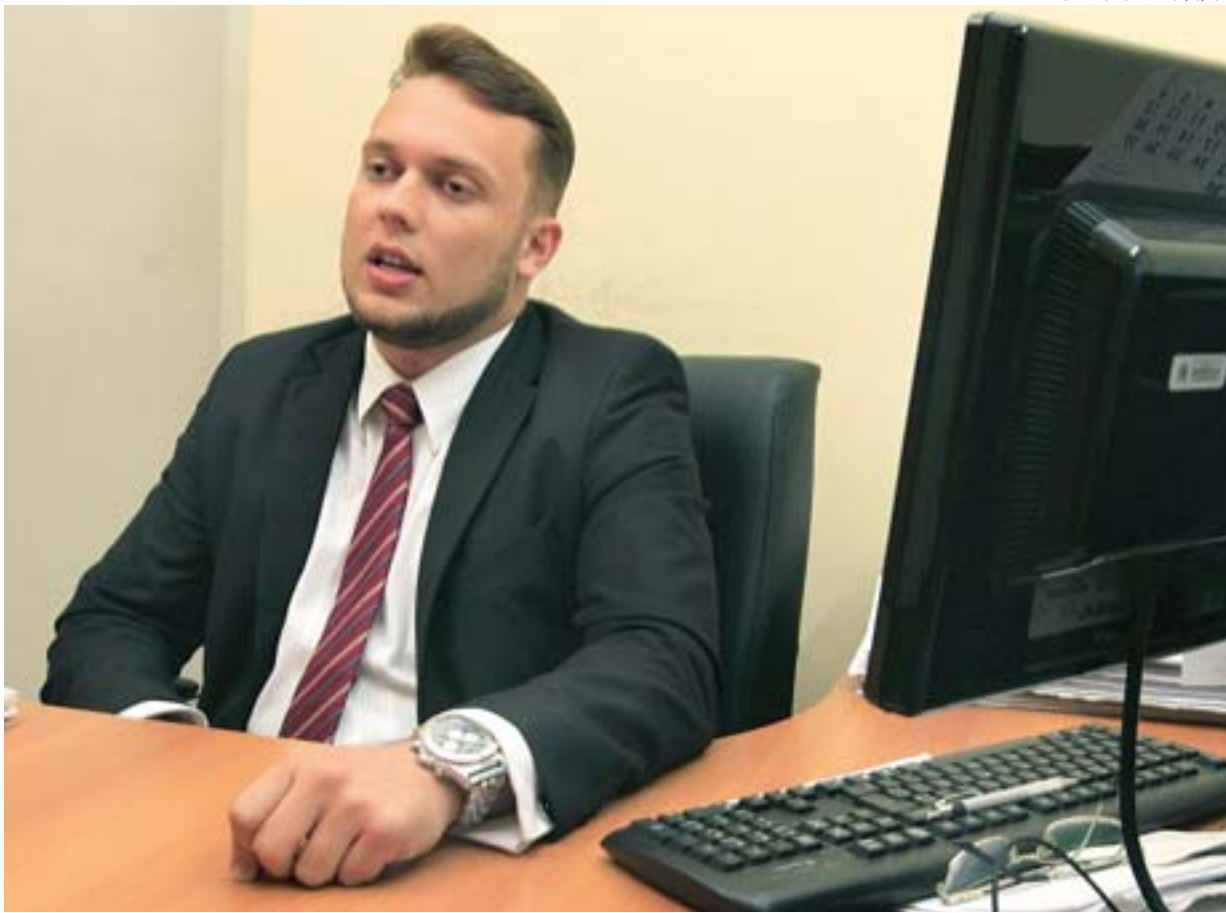
A versão mais conhecida do vírus é o “Anti-Child Porn Spam Protection 2.0”, o que indicaria teoricamente um programa para inibir mensagens eletrônicas contendo pornografia infantil.

Segundo o delegado André Luis Ribeiro da Costa, da Delegacia de Repressão aos Crimes Eletrônicos (DRCE), na maior parte das vezes os usuários acabam não registrando queixa deste tipo de golpes.

“Prestar queixa é importante para que a polícia possa criar um banco de dados de estatísticas, e assim evitar que outros usuários e empresas caiam no mesmo golpe, além de poder colaborar na identificação e consequente punição dos autores”, afirma André Luis.

O delegado dá dicas para evitar golpes virtuais, mas ressalta que mesmo com todas precauções, o usuário ainda não estará totalmente seguro.

“Não há 100% de segurança na internet, mas existem protocolos capazes de otimizar a segurança. Não navegar em sites inadequados, principalmente os de pornografia e não clicar em links duvidosos. Os golpistas utilizam muito o nome de instituições públicas e bancos para tentar enganar o usuário. O ideal é procurar o órgão”.



DELEGADO André Luis da Costa alerta que golpistas utilizam nome de instituições públicas enganar o usuário

ENTENDA

Criminosos oferecem “orçamento”

O golpe

> **A TÉCNICA** utilizada pelos golpistas é chamada de ransomware (ransom significa “resgate” em inglês). A estratégia dos bandidos consiste em “sequestrar” os dados e arquivos e pedir a liberação apenas mediante pagamento de “resgate”.

> **O VÍRUS SE** manifesta comprimindo os dados em um arquivo do tipo “.RAR” criptografado por senha. O criminoso então oferece um e-mail de contato, com o qual é possível contatá-lo para um “orçamento” e

também uma amostra de que ele é capaz de quebrar a criptografia. Ele permite o envio de um arquivo pouco importante e leve para provar que ele detém a chave.

Dicas

> **NÃO NAVEGAR** em sites inadequados, principalmente os de pornografia, mais utilizados para este tipo de ataque dos criminosos virtuais.

> **NÃO CLICAR** em links duvidosos. Na maior parte das vezes, é usado o nome de alguma instituição pública,

como a Receita Federal, Polícia Federal, INSS, ou bancos. Na dúvida, procure a instituição.

> **UTILIZAR** antivírus e firewall atualizados ajudam bastante na prevenção. Outra dica é não compartilhar pen-drive com desconhecidos, além de fazer uma cópia dos arquivos mais importantes em mídias removíveis, como HD externo ou até em armazenamento na nuvem, como o Dropbox e o Google Drive.

Fonte: Especialistas consultados e DRCE

Pagar “resgate” não garante arquivos de volta

A estratégia utilizada pelos golpistas é simples. Bloquear o acesso do usuário aos principais arquivos do computador e só liberá-los após o pagamento de resgate.

Mas para os usuários, mesmo com o alto valor (R\$ 9.760) exigido pelos criminosos, o pagamento não é garantia dos arquivos de volta.

Para o diretor e pesquisador do Instituto Internacional de Tecnologia e Informação Científica (Iitic), Renan Barcelos, a “devolução” dos arquivos dependeria da boa vontade do criminoso.

“Não tem como garantir que ele irá devolver o acesso, se nem se sabe onde o criminoso está”, afirma.

ANÁLISE

“É preciso fazer uma espécie de proteção preventiva”

Renan Barcelos,
diretor e pesquisador
do Iitic



Este tipo de ataque te coloca em uma situação complicada. É como se o cidadão estivesse com uma arma apontada por um criminoso para a sua cabeça. Infelizmente, essa ação é muito complicada de se solucionar depois do estrago feito.

É preciso fazer uma espécie de proteção preventiva. Uma atitude que diminui muito a chance desse tipo de ataque ocorrer é deixar os arquivos mais importantes numa mídia removível, como um pen-drive ou HD externo ou até mesmo na nuvem, usando métodos como o Dropbox ou o Google Drive.

É preciso cuidar dos nossos arquivos como os nossos bens mais

preciosos, que geralmente deixamos em lugares seguros como cofres ou bancos. Pagar um bom antivírus que proteja o usuário destes problemas não custa caro. Sem eles, as empresas podem ter um prejuízo enorme.

Remover o vírus neste caso não é difícil. O problema é o estrago que ele deixa. Eles compactam os arquivos e colocam geralmente uma senha gigantesca, o que dificulta o trabalho. Ter um bom profissional para assessorar é muito importante. A gente acha que, em informática, sempre tem um “sobrinho” ou “primo” que conserta e resolve, mas não é assim que funciona.

Cachaça dobra vendas após ação por imitar Johnnie Walker

SÃO PAULO

Um processo sob acusação de imitar a marca de uísque Johnnie Walker pode ter ajudado uma cachaça brasileira a mais que dobrar suas vendas em um ano. A cachaça João Andante (tradução literal de Johnnie Walker) teve de mudar de nome para O Andante, em maio deste ano.

O caso foi noticiado pela imprensa e, depois disso, as vendas do produto aumentaram 130%. A mudança foi feita depois que a empresa mineira perdeu um processo para a Diageo, holding que é dona do uísque escocês.

A Diageo conseguiu, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), a suspensão do registro da marca.

O argumento foi que o nome João Andante era uma simples tradução de Johnnie Walker, e o rótulo da cachaça trazia o desenho de um personagem semelhante ao do uísque.

A mudança e a repercussão do caso podem ter beneficiando a marca de cachaça brasileira, segundo dados da própria empresa.

Entre junho e setembro do ano passado, quando a bebida ainda se chamava João Andante, foram vendidas 5.772 garrafas do produto.

No mesmo período deste ano, quando a mudança já tinha sido feita, após o processo, as vendas chegaram a 13.295 garrafas, ou 130% mais.

“O processo certamente impulsionou o conhecimento do público sobre a marca. Mas também atravancou muito a empresa, porque tirou da gente a oportunidade de darmos passos que só estamos dando hoje”, diz Magno Carmo, sócio da O Andante.

A cachaça João Andante foi criada em 2008 e a marca foi registrada em 2011. Desde essa época, a Diageo tentava suspender o registro. A empresa saiu vitoriosa em 2013.

Os empresários mineiros chegaram a pensar em recorrer da decisão, mas, em vez disso, optaram por lançar a marca nova.



CACHAÇA O Andante

ARQUIVO/AT